



Nádya da Costa Ribeiro  
PLMJ\*

ESTIMA-SE QUE MENOS DE 30% DAS EMPRESAS ANGOLANAS TENHAM IMPLEMENTADO MEDIDAS ROBUSTAS DE CIBERSEGURANÇA. O QUE REPRESENTA UM RISCO SIGNIFICATIVO DE NÃO CONFORMIDADE E POTENCIAIS LITÍGIOS

CIBERSEGURANÇA

## Um imperativo estratégico e jurídico para Angola

A segurança digital tornou-se não apenas um factor crítico de competitividade empresarial, mas também um desafio jurídico complexo.

O quadro regulatório em Angola, com a Lei de Protecção de Dados (Lei n.º 22/11) e a Lei das Comunicações Electrónicas (Lei n.º 23/11), estabelece uma base sólida. No entanto, a nossa experiência evidencia que muitas empresas ainda enfrentam desafios significativos no cumprimento desta legislação. Tal não só expõe as organizações a riscos legais substanciais, mas também compromete a sua posição competitiva.

Estima-se que menos de 30% das empresas angolanas tenham implementado medidas robustas de cibersegurança. O que representa um risco significativo de não conformidade e potenciais litígios.

Recentemente, no âmbito de um encontro que reuniu líderes de sectores-chave da economia angolana, a Agência de Protecção de Dados (APD) anunciou uma próxima revisão da legislação. Enquanto advogados especializados nestas matérias, antecipamos que esta actualização trará desafios de compliance mais rigorosos, alinhados com padrões internacionais como o RPD europeu.

Actualmente, empresas líderes estão a adoptar estratégias avançadas, como o modelo de Zero Trust. Do ponto de vista jurídico, estas medidas não são apenas tecnológicas, mas também uma forma de demonstrar diligência em caso de litígio ou investigação regulatória. Angola tem o potencial de se posicionar como um hub regional de cibersegurança. Para tal é necessário não apenas investimento em tecnologia, mas também o desenvolvimento de um corpo robusto de jurisprudência e prática legal nesta área.

A análise económico-jurídica é clara: o investimento em cibersegurança é tanto uma necessidade legal quanto um factor de valorização empresarial. Estudos indicam que empresas com fortes práticas de cibersegurança e *compliance* têm uma valorização de mercado em média 7% superior.

Para as empresas angolanas, a mensagem é inequívoca: a cibersegurança é um imperativo estratégico e jurídico. Num cenário onde os ataques cibernéticos aumentaram exponencialmente, a resiliência digital e a conformidade legal tornaram-se tão importantes quanto a solidez financeira.

O futuro da economia angolana está intrinsecamente ligado à sua capacidade de garantir um ambiente digi-

tal seguro e juridicamente sólido. As empresas que liderarem nesta área estarão a proteger os seus activos e evitar sanções, e também ganharão uma vantagem competitiva significativa.

Reafirmamos que a cibersegurança vai além da tecnologia; é um desafio legal complexo que requer uma abordagem multidisciplinar. É imperativo as organizações incluam conhecimento jurídico nos seus planos de segurança cibernética para cumprir eficazmente o quadro regulatório emergente.

Em conclusão, a cibersegurança é cada vez mais um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável de Angola. Organizações, autoridades reguladoras e especialistas em direito e tecnologia devem trabalhar em conjunto para fortalecer a infra-estrutura económica e legal do país. Nós juristas temos um papel relevante, assegurando que as instituições estejam em conformidade com o quadro jurídico vigente, para que sejam robustas e competitivas no ambiente digital.

**Notas:**  
1) \*Membros da rede de cooperação PLMJ Colab  
2) \* Este artigo contou com a colaboração de Elisabete Cardoso, da RVA Advogados.



José Luquinda  
RVA Advogados\*

AS EMPRESAS QUE LIDERAREM NESTA ÁREA ESTARÃO A PROTEGER OS SEUS ACTIVOS E EVITAR SANÇÕES, E TAMBÉM GANHARÃO UMA VANTAGEM COMPETITIVA SIGNIFICATIVA

